

**Adriano Andrade
Cleber Masson
Landolfo Andrade**

**Gabriel Lino
Lauro Ribeiro
Rafael Machado**

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

Vol. 2

- Ambiental
- Criança e Adolescente
- Pessoas com deficiência
- Idoso
- Educação
- Lei Anticorrupção empresarial



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 01.02.2018

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M372d

Masson, Cleber

Interesses difusos e coletivos, volume 2 / Adriano Andrade ... [et. al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7934-8

1. Interesses difusos - Brasil. 2. Interesses coletivos - Brasil. I. Andrade, Adriano.

18-47380

CDU: 347.9(81)

1119591

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DIREITO AMBIENTAL	1
<i>Gabriel Lino</i>	
1.1 Introdução	3
1.1.1 Concepções éticas sobre a questão ambiental.....	3
1.1.2 O movimento ambientalista no Brasil e no mundo	3
1.1.3 A crise ambiental e o Direito.....	5
1.2 Fundamentos do Direito Ambiental	6
1.2.1 Definição e abrangência	6
1.2.2 Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos funda- mentais e constitucionalização do Direito).....	7
1.2.3 Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental	9
1.2.4 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988	11
1.2.5 Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legis- lativas das pessoas políticas).....	15
1.3 Princípios setoriais do Direito Ambiental.....	20
1.3.1 A relevância dos princípios na atualidade do Direito Am- biental.....	20
1.3.2 Princípios em espécie.....	22
1.3.2.1 Princípio da sustentabilidade ou do desenvolvi- mento sustentável.....	22
1.3.2.2 Princípio da prevenção	23
1.3.2.3 Princípio da precaução	25
1.3.2.4 Princípio do poluidor-pagador (e usuário-pagador e protetor-recebedor).....	28
1.3.2.5 Princípio da vedação ao retrocesso.....	32
1.3.2.6 Princípio da função socioambiental da proprie- dade	34
1.3.2.7 Princípio da participação democrática	36
1.3.2.8 Princípio da igualdade entre gerações.....	38
1.3.2.9 Princípio da natureza pública da proteção am- biental.....	39

1.4	A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente	40
1.4.1	A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais)	40
1.4.2	Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA	42
1.4.3	O Sisnama e a questão das competências administrativas de natureza ambiental	44
1.4.3.1	Caracterização do Sisnama	44
1.4.3.2	O Conama: conceito e funções	46
1.4.3.3	A questão das competências administrativas em matéria ambiental	49
1.4.4	Instrumentos da PNMA	51
1.4.4.1	O poder de polícia em matéria ambiental.....	53
1.4.4.2	O licenciamento ambiental	55
1.4.4.3	O zoneamento ambiental	64
1.4.4.4	Os estudos ambientais (avaliação de impactos ambientais)	68
1.4.5	Outras políticas nacionais relativas ao meio ambiente	74
1.4.5.1	Política Nacional de Recursos Hídricos	74
1.4.5.2	Política Nacional de Educação Ambiental	80
1.4.5.3	Política Nacional da Biodiversidade	83
1.4.5.4	Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	98
1.4.5.5	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	101
1.5	Unidades de conservação – espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito	119
1.5.1	A criação de áreas protegidas como método de proteção ambiental.....	119
1.5.2	A definição jurídica de espaços territoriais especialmente protegidos – ETEPs – e suas espécies	119
1.5.3	As Unidades de Conservação (ETEPs em sentido estrito) – significado da expressão e utilização de tal método para preservação.....	120
1.5.3.1	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – objetivos, diretrizes e estrutura.....	121
1.5.3.2	As diferentes categorias de unidades de conservação.....	123
1.5.3.3	As unidades de conservação de proteção integral.....	123
1.5.3.4	As unidades de conservação de uso sustentável....	126

	1.5.3.5	Unidades de conservação atípicas	132
	1.5.3.6	Criação, implantação e gestão das unidades de conservação.....	132
1.6		Código Florestal Brasileiro.....	137
	1.6.1	Antecedentes históricos, debate político e jurídico e perfil da lei editada.....	137
	1.6.2	Áreas de preservação permanente.....	140
	1.6.2.1	Definição e regime de proteção.....	140
	1.6.2.2	Hipóteses de configuração de APPs.....	144
	1.6.2.3	Exceções ao regime geral de proteção.....	154
	1.6.3	Reserva legal.....	154
	1.6.3.1	Definição e regime de proteção.....	154
	1.6.3.2	Formas de instituição da reserva legal.....	159
	1.6.4	Outros temas relevantes no Código Florestal.....	160
	1.6.4.1	O Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	160
	1.6.4.2	As áreas rurais consolidadas.....	161
	1.6.4.3	As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental.....	169
	1.6.4.4	O uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris....	170
1.7		Regulação jurídica de atividades de risco.....	173
	1.7.1	Agrotóxicos.....	173
	1.7.2	Mineração.....	183
1.8		Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente....	186
	1.8.1	Independência relativa entre as instâncias.....	186
	1.8.2	Responsabilidade civil.....	188
	1.8.3	Responsabilidade penal.....	194
	1.8.4	Responsabilidade administrativa.....	199
CAPÍTULO 2 - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			205
<i>Rafael Machado</i>			
2.1		Proteção da infância nos âmbitos internacional e nacional.....	207
	2.1.1	Declarações e convenções internacionais.....	207
	2.1.2	Evolução do direito da infância no Brasil	213
	2.1.2.1	Constituições Federais.....	213
	2.1.2.2	Legislação infraconstitucional.....	214
2.2		Disposições preliminares do ECA	218
	2.2.1	Definição de criança e adolescente	218
	2.2.1.1	Aplicação do ECA ao nascituro.....	220
	2.2.1.2	Primeira infância e jovem.....	221

2.2.2	Proteção integral.....	221
2.2.3	Princípio do melhor interesse ou interesse superior	223
2.2.4	Absoluta prioridade.....	224
2.2.5	Interpretação do ECA.....	226
2.3	Direitos fundamentais.....	226
2.3.1	Direito à vida e à saúde	226
2.3.1.1	Introdução.....	226
2.3.1.2	Direitos da maternidade.....	228
2.3.1.3	Aleitamento materno.....	228
2.3.1.4	Mãe privada de liberdade.....	229
2.3.1.5	Direito ao parto anônimo	230
2.3.1.6	Programas de assistência médica e odontológica... ..	230
2.3.1.7	Deficiência.....	231
2.3.1.8	Fornecimento de medicamento.....	232
2.3.1.9	Comunicação de maus-tratos e atendimento na primeira infância.....	233
2.3.1.10	Obrigações de hospitais e demais estabelecimentos	234
2.3.2	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	235
2.3.2.1	Introdução.....	235
2.3.2.2	Castigo físico e medidas aplicáveis.....	237
2.3.2.3	<i>Bullying</i> (Lei n. 13.185/2015).....	238
2.3.3	Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei n. 13.431/2017.....	239
2.3.3.1	Introdução.....	239
2.3.3.2	Escuta especializada e depoimento pessoal	241
2.3.3.3	Medidas de proteção	244
2.3.3.4	Integração das políticas de atendimento	246
2.3.4	Direito à educação.....	248
2.3.4.1	Introdução.....	248
2.3.4.2	Direito à educação pela criança e adolescente.....	250
2.3.4.3	Dever do Estado	250
2.3.4.4	Obrigação de matrícula e sistema educacional domiciliar (<i>homeschooling</i>).....	254
2.3.4.5	Aprovação em vestibular e não conclusão do ensino médio	254
2.3.4.6	Dever de comunicação.....	256
2.3.5	Direito à cultura, ao esporte e ao lazer.....	257
2.3.6	Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	257

	2.3.6.1	Noções gerais.....	257
	2.3.6.2	Atividades no âmbito doméstico familiar	260
2.4		Direito fundamental à convivência familiar	260
	2.4.1	Direito de crescer no seio familiar.....	260
	2.4.1.1	Introdução.....	260
	2.4.1.2	Classificações de família	261
	2.4.1.3	Audiência concentrada.....	262
	2.4.1.4	Prazo máximo de permanência em acolhimento institucional.....	263
	2.4.1.5	Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção	263
	2.4.1.6	Acolhimento familiar	265
	2.4.1.7	Apadrinhamento	266
	2.4.2	Poder familiar ou função parental	267
	2.4.2.1	Introdução	267
	2.4.2.2	Hipóteses de destituição e suspensão	267
	2.4.2.3	Pais dependentes químicos	268
	2.4.2.4	Pobreza.....	269
	2.4.2.5	Prisão e condenação criminal	269
	2.4.2.6	Alienação parental (Lei n. 12.318/2010)	270
	2.4.3	Reconhecimento de filhos.....	273
	2.4.4	Reconhecimento do estado de filiação	273
	2.4.5	Família substituta.....	274
	2.4.5.1	Introdução.....	274
	2.4.5.2	Oitiva da criança e do adolescente (princípio da autonomia progressiva).....	275
	2.4.5.3	Critérios e acompanhamento da medida	276
	2.4.5.4	Criança ou adolescente indígena ou de comunidade de quilombo.....	278
2.5		Modalidades de colocação em família substituta	279
	2.5.1	Guarda	279
	2.5.1.1	Introdução.....	279
	2.5.1.2	Classificações.....	280
	2.5.1.3	Guarda e condição de dependente	281
	2.5.1.4	Guarda e a posição dos pais.....	283
	2.5.1.5	Revogabilidade.....	284
	2.5.2	Tutela.....	284
	2.5.2.1	Introdução.....	284

2.5.2.2	Termo de tutela provisória.....	286
2.5.2.3	Tutela compartilhada.....	286
2.5.2.4	Tutela testamentária ou documental.....	287
2.5.2.5	Tutela ou curatela.....	287
2.5.2.6	Cessaçã.....	288
2.5.2.7	Destituição do tutor.....	288
2.5.3	Adoção nacional.....	288
2.5.3.1	Introdução.....	288
2.5.3.2	Características.....	289
2.5.3.3	Requisitos.....	290
2.5.3.4	Cadastros de adoção.....	296
2.5.3.5	Adoção personalíssima, <i>intuitu personae</i> ou dirigida.....	298
2.5.3.6	Adoção unilateral, singular ou semiplena.....	299
2.5.3.7	Adoção póstuma ou <i>post mortem</i>	301
2.5.3.8	Adoção de nascituro.....	302
2.5.3.9	Adoção de fato ou “à brasileira”.....	303
2.5.3.10	Adoção por homossexuais.....	304
2.5.3.11	Efeitos pessoais.....	304
2.5.3.12	Efeitos patrimoniais.....	305
2.5.3.13	Prazo de conclusão da ação de adoção.....	305
2.5.3.14	Sentença.....	306
2.5.3.15	Direito de conhecer sua origem biológica.....	307
2.5.3.16	Direitos previstos na CLT.....	307
2.5.4	Adoção internacional.....	307
2.5.4.1	Caracterização.....	307
2.5.4.2	Requisitos.....	308
2.5.4.3	Procedimento.....	309
2.5.4.4	Organismos de intermediação da adoção e seu credenciamento.....	312
2.5.4.5	Repasse de recursos.....	314
2.5.4.6	Adoção por brasileiro residente no exterior.....	314
2.5.4.7	Adoção internacional e o Brasil como país de acolhida.....	315
2.5.4.8	Nacionalidade do adotado.....	316
2.5.4.9	Quadro sinótico.....	317
2.6	Prevenção.....	318
2.6.1	Disposições gerais.....	318
2.6.2	Informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos...	319

2.6.2.1	Classificação indicativa	319
2.6.2.2	Emissoras de rádio de televisão	322
2.6.2.3	Venda e aluguel de filmes	322
2.6.2.4	Revistas e publicações.....	322
2.6.2.5	Bilhar, sinuca ou congêneres ou casa de jogo que realize aposta	323
2.6.3	Produtos e serviços	324
2.6.3.1	Produtos com venda proibida para criança ou adolescente	324
2.6.3.2	Hospedagem de criança ou adolescente.....	326
2.6.4	Autorização para viajar.....	327
2.6.4.1	Viagem no território nacional.....	327
2.6.4.2	Viagem ao exterior	328
2.7	Política e entidades de atendimento.....	330
2.7.1	Política de atendimento.....	330
2.7.1.1	Introdução	330
2.7.1.2	Municipalização do atendimento e Conselhos.....	332
2.7.1.3	Fundos geridos pelos Conselhos de Direitos	334
2.7.2	Entidades de atendimento.....	336
2.7.2.1	Espécies, inscrição e registro	336
2.7.2.2	Entidades de acolhimento familiar ou institucional....	339
2.7.2.3	Acolhimento emergencial (art. 93).....	341
2.7.2.4	Obrigações das entidades de internação e acolhimento	342
2.7.3	Fiscalização das entidades e medidas aplicáveis.....	343
2.8	Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsável....	344
2.8.1	Medidas de proteção	344
2.8.1.1	Hipóteses de aplicação (situações de risco).....	344
2.8.1.2	Cumulação e substituição.....	345
2.8.1.3	Parâmetros e princípios para aplicação	345
2.8.1.4	Competência para aplicação e execução	347
2.8.1.5	Medidas de proteção em espécie	348
2.8.1.6	Acolhimento institucional e familiar.....	349
2.8.2	Regularização do registro civil.....	352
2.8.3	Medidas aplicáveis aos pais ou responsável.....	353
2.8.4	Afastamento do agressor da moradia comum	355
2.9	Ato infracional.....	357
2.9.1	Introdução.....	357

2.9.2	A criança e a prática de ato infracional.....	357
2.9.3	Início da maioridade penal.....	358
2.9.4	Nomenclaturas.....	358
2.9.5	Requisitos para sua caracterização.....	359
2.9.6	Teoria do momento do ato infracional.....	360
2.9.7	Princípio da insignificância.....	360
2.9.8	Escusas absolutórias.....	361
2.9.9	Extradição.....	361
2.9.10	Prescrição.....	362
2.9.11	Prática de ato infracional e consequências na maioridade....	362
2.9.12	Redução da maioridade penal.....	363
2.10	Direitos individuais e garantias processuais.....	364
2.10.1	Direitos individuais.....	364
2.10.1.1	Internação provisória.....	365
2.10.2	Garantias processuais.....	368
2.11	Medidas socioeducativas.....	370
2.11.1	Introdução.....	370
2.11.2	Competência.....	372
2.11.3	Princípios.....	372
2.11.4	Critérios de aplicação.....	373
2.11.5	Requisitos.....	374
2.11.6	Cumulação.....	375
2.11.7	Substituição.....	376
2.11.8	Adolescente com transtorno mental.....	376
2.11.9	Advertência.....	376
2.11.10	Obrigação de reparar o dano.....	377
2.11.11	Prestação de serviços à comunidade.....	378
2.11.12	Liberdade assistida.....	379
2.11.13	Semiliberdade.....	381
2.11.13.1	Semiliberdade provisória.....	383
2.11.14	Internação.....	384
2.11.14.1	Introdução.....	384
2.11.14.2	Espécies.....	384
2.11.14.3	Princípios.....	385
2.11.14.4	Hipóteses legais.....	386
2.11.14.5	Tráfico de drogas.....	392
2.11.14.6	Prazo da internação e sua reavaliação.....	394

2.11.14.7	Consequências com o cumprimento do prazo de 3 (três) anos.....	395
2.11.14.8	Transtorno mental e interdição no cível.....	395
2.11.14.9	Cumprimento imediato da medida e recurso de apelação	396
2.11.14.10	Liberação compulsória.....	396
2.11.14.11	Atividades externas.....	396
2.11.14.12	Direitos do adolescente internado.....	397
2.11.14.13	Local de cumprimento.....	398
2.12	Remissão.....	399
2.12.1	Introdução.....	399
2.12.2	Classificações	400
2.12.3	Natureza jurídica.....	400
2.12.4	Características.....	401
2.12.5	Requisitos	401
2.12.6	Remissão pelo Ministério Público.....	402
2.12.7	Remissão judicial	404
2.12.8	Descumprimento da remissão imprópria.....	405
2.12.9	Revisão da medida socioeducativa cumulada com a remissão....	406
2.13	Execução das medidas socioeducativas	407
2.13.1	Introdução.....	407
2.13.2	Princípios.....	408
2.13.3	Direitos individuais	409
2.13.4	Formação da execução.....	409
2.13.5	Reavaliação.....	410
2.13.6	Substituição, progressão e regressão.....	411
2.13.7	Cumulação e unificação	415
2.13.8	Revisão da sanção disciplinar.....	420
2.13.9	Suspensão	420
2.13.10	Extinção.....	421
2.13.10.1	Causas previstas na Lei do Sinase.....	421
2.13.10.2	Maioridade penal.....	426
2.13.10.3	Prescrição das medidas socioeducativas.....	428
2.13.10.4	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	430
2.13.10.5	Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	432
2.13.10.6	Prescrição da pretensão punitiva intercorrente, superveniente ou subsequente.....	432
2.13.10.7	Prescrição da pretensão executória	433
2.13.11	Sistema recursal.....	434

2.14	Conselho tutelar	434
2.14.1	Introdução	434
2.14.2	Características	435
2.14.3	Organização	436
2.14.4	Requisitos e processo de escolha	437
2.14.5	Regime jurídico do conselheiro tutelar	438
2.14.6	Atribuições	439
2.14.7	Revisão das decisões	443
2.14.8	Sigilo das informações	443
2.14.9	Impedimentos	443
2.15	Acesso à justiça	444
2.15.1	Disposições gerais	444
2.15.1.1	Acesso à Justiça	444
2.15.1.2	Sigilo	445
2.15.2	Justiça da Infância e Juventude	446
2.15.3	Noções gerais sobre competência	447
2.15.4	Competência do art. 148	447
2.15.4.1	Competência exclusiva ou plena	447
2.15.4.2	Competência concorrente	450
2.15.5	Competência do art. 147	452
2.15.5.1	Ações cíveis	452
2.15.5.2	Apuração de ato infracional	454
2.15.5.3	Execução da medida socioeducativa ou de proteção	454
2.15.5.4	Infração cometida por rádio e televisão	455
2.15.6	Competência disciplinar (art. 149)	455
2.15.6.1	Portaria e alvará	455
2.15.6.2	Hipóteses	457
2.15.7	Serviços auxiliares	458
2.15.8	Ministério Público	459
2.15.8.1	Atribuições	459
2.15.8.2	Fiscal da ordem jurídica	465
2.15.9	Advogado	466
2.15.10	Defensoria Pública	468
2.16	Procedimentos	469
2.16.1	Disposições gerais	469
2.16.1.1	Aplicação subsidiária da legislação processual pertinente	469

2.16.1.2	Contagem dos prazos.....	469
2.16.1.3	Procedimento verificatório ou pedido de providências	470
2.16.1.4	Multa	472
2.16.2	Procedimento de perda e de suspensão do poder familiar... ..	472
2.16.2.1	Introdução	472
2.16.2.2	Petição inicial.....	472
2.16.2.3	Legitimidade ativa.....	473
2.16.2.4	Legitimidade passiva	474
2.16.2.5	Cumulação de pedidos e conexão	475
2.16.2.6	Tutela provisória de suspensão do poder familiar.....	476
2.16.2.7	Estudo social ou perícia por equipe interprofissional	476
2.16.2.8	Citação e defesa.....	477
2.16.2.9	Poder requisitório de documentos	478
2.16.2.10	Consequências da não apresentação de resposta ...	479
2.16.2.11	Consequências da apresentação de resposta.....	480
2.16.2.12	Prazo para conclusão	480
2.16.2.13	Sentença e efeitos.....	481
2.16.2.14	Restabelecimento do poder familiar	481
2.16.2.15	Ação de adoção sem pedido de destituição do poder familiar.....	482
2.16.3	Procedimento de destituição da tutela	482
2.16.4	Procedimento de colocação em família substituta	484
2.16.4.1	Introdução	484
2.16.4.2	Hipóteses autorizadoras	484
2.16.4.3	Requisitos da inicial	486
2.16.4.4	Consentimento dos pais	486
2.16.4.5	Procedimento.....	487
2.16.4.6	Programa de acolhimento familiar.....	489
2.16.5	Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento.....	489
2.16.5.1	Introdução	489
2.16.5.2	Natureza jurídica.....	489
2.16.5.3	Legitimidade ativa.....	490
2.16.5.4	Legitimidade passiva e sanções	491
2.16.5.5	Afastamento provisório do dirigente	492
2.16.5.6	Necessidade de advogado para resposta escrita... ..	492

2.16.5.7	Contagem do prazo para resposta escrita e revelia	493
2.16.5.8	Audiência de instrução e julgamento	493
2.16.5.9	Prazo para remoção das irregularidades	493
2.16.6	Procedimento de apuração de infração administrativa	493
2.16.6.1	Introdução	493
2.16.6.2	Natureza jurídica	494
2.16.6.3	Legitimidade ativa	494
2.16.6.4	Legitimidade passiva	495
2.16.6.5	Prazo para defesa e necessidade de advogado	495
2.16.6.6	Revelia e seus efeitos	497
2.16.6.7	Audiência de instrução e julgamento	497
2.16.6.8	Prescrição	497
2.16.7	Procedimento de habilitação de pretendentes à adoção	498
2.16.7.1	Introdução	498
2.16.7.2	Competência	499
2.16.7.3	Petição inicial e documentos	500
2.16.7.4	Necessidade de advogado	501
2.16.7.5	Ministério Público e providências	501
2.16.7.6	Estudo psicossocial, preparação e contato dos pretendentes	501
2.16.7.7	Audiência de instrução e julgamento	503
2.16.7.8	Inscrição nos cadastros	503
2.16.7.9	Indeferimento do cadastro	504
2.16.7.10	Recadastramento do pretendente que já adotou ...	505
2.16.8	Procedimento de infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente	506
2.17	Procedimento de apuração de ato infracional	508
2.17.1	Introdução	508
2.17.2	Fase policial ou investigativa	508
2.17.2.1	Apreensão do adolescente por ordem judicial	508
2.17.2.2	Apreensão do adolescente em situação de flagrância	509
2.17.2.3	Ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa e manutenção da apreensão	509
2.17.2.4	Ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa	511
2.17.2.5	Apresentação ao Ministério Público	512

2.17.2.6	Procedimento para apuração de ato infracional..	512
2.17.2.7	Transporte e uso de algema.....	512
2.17.3	Fase do Ministério Público.....	513
2.17.3.1	Oitiva informal.....	513
2.17.3.2	Outras providências.....	515
2.17.3.3	Arquivamento dos autos.....	515
2.17.3.4	Remissão.....	516
2.17.3.5	Representação.....	516
2.17.3.6	Internação provisória.....	517
2.17.3.7	Liberação do adolescente pelo MP.....	517
2.17.3.8	Complementação de diligências.....	518
2.17.4	Fase judicial.....	518
2.17.4.1	Aplicação do procedimento comum ordinário do CPP?.....	518
2.17.4.2	Recebimento ou rejeição da representação.....	519
2.17.4.3	Audiência de apresentação.....	520
2.17.4.4	Necessidade de advogado.....	520
2.17.4.5	Oitiva do adolescente.....	521
2.17.4.6	Remissão judicial.....	522
2.17.4.7	Suspensão condicional do processo.....	522
2.17.4.8	Estudo pela equipe interprofissional ou relatório polidimensional.....	522
2.17.4.9	Defesa prévia.....	523
2.17.4.10	Assistente de acusação.....	523
2.17.4.11	Audiência em continuação.....	524
2.17.4.12	Sentença.....	525
2.17.4.13	Princípio da identidade física do juiz.....	527
2.17.4.14	Intimação da sentença.....	527
2.17.4.15	Prazo máximo para a conclusão do processo.....	528
2.17.4.16	Local de cumprimento da internação provisória...	529
2.17.4.17	Recurso.....	529
2.17.4.18	Justiça restaurativa.....	530
2.18	Recursos.....	531
2.18.1	Noções gerais.....	531
2.18.2	Legitimidade.....	531
2.18.3	Peculiaridades do art. 198 do ECA.....	532
2.18.3.1	Preparo.....	532
2.18.3.2	Prazo.....	532

2.18.3.3	Preferência de julgamento e dispensa de revisor...	534
2.18.3.4	Juízo de retratação.....	534
2.18.3.5	Apresentação das razões recursais de apelação....	535
2.18.4	Efeitos da sentença.....	536
2.18.4.1	Regra geral.....	536
2.18.4.2	Sentença que impõe medida socioeducativa.....	536
2.18.4.3	Adoção e destituição do poder familiar.....	537
2.19	Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos.....	538
2.19.1	Introdução.....	538
2.19.2	Proteção judicial dos interesses individuais.....	538
2.19.3	Proteção judicial dos interesses difusos e coletivos.....	539
2.19.3.1	Competência.....	540
2.19.3.2	Legitimidade.....	540
2.19.3.3	Ministério Público.....	541
2.19.3.4	Ação civil pública.....	542
2.19.3.5	Termo de ajustamento de conduta.....	543
2.19.3.6	Ações admissíveis.....	544
2.19.3.7	Ação de obrigação de fazer ou não fazer.....	544
2.19.3.8	Custas e honorários advocatícios.....	545
2.19.3.9	Multas.....	545
2.19.3.10	Cumprimento de sentença condenatória e destinação do valor.....	546
2.19.3.11	Sistema recursal e efeitos do recurso.....	547
2.19.3.12	Aplicação subsidiária da LACP e do CDC.....	547
CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....		549
<i>Lauro Ribeiro</i>		
3.1	Noções introdutórias.....	551
3.1.1	A sociedade moderna.....	551
3.1.2	A sociedade moderna e a pessoa com deficiência.....	551
3.2	Conceito de pessoa com deficiência – PCD.....	552
3.2.1	Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI.....	557
3.2.2	Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas?.....	558
3.2.3	Terminologia correta.....	560
3.3	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional.....	560
3.4	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional.....	562
3.4.1	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema.....	565

3.4.2	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU)	566
3.5	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional	567
3.5.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI... ..	569
3.5.1.1	Breve histórico e novidades introduzidas	569
3.5.1.2	Lei principiológica	569
3.5.1.3	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI.....	570
3.5.1.4	Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência.....	571
3.5.1.5	Diálogo “das fontes” e “das Cortes”	571
3.5.1.6	Controle de convencionalidade.....	574
3.5.1.7	Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI... ..	575
3.5.2	Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI.....	575
3.5.2.1	Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	575
3.5.2.2	Auxílio-inclusão.....	576
3.5.2.3	Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional	576
3.5.2.4	Alterações ao Código Eleitoral.....	577
3.5.2.5	Mudança na movimentação do FGTS.....	578
3.5.2.6	Alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC)	578
3.5.2.7	Mudanças na Lei n. 8.213/1991, que regula os planos de benefícios da Previdência Social	579
3.5.2.8	Modificações na “Lei Rouanet” – Lei n. 8.313/1991	580
3.5.2.9	Alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei de Licitações	581
3.5.2.10	Mudanças na Lei n. 9.250/1995 (dispõe sobre Imposto de Renda).....	582
3.5.2.11	Alterações no Código de Trânsito Brasileiro.....	582
3.5.2.12	Alteração na Lei n. 9.615/1998 (normas gerais sobre desporto).....	583

3.5.2.13	Modificações no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).....	583
3.5.2.14	Mudanças sobre uso de cão-guia (Lei n. 11.126/2005) e acesso a museus (Lei n. 11.904/2009)	584
3.5.2.15	Alterações à Lei n. 12.587/2012 (mobilidade urbana).....	584
3.5.2.16	Disposições finais da LBI.....	585
3.6	Direitos básicos da pessoa com deficiência.....	585
3.6.1	Capacidade civil: curatela e tomada de decisão apoiada	586
3.6.2	Tomada de decisão apoiada.....	593
3.6.3	Direito à dignidade da pessoa humana.....	597
3.6.4	Direito à felicidade.....	598
3.6.5	Direito a uma sociedade justa, solidária, sem preconceitos de qualquer espécie, desigualdades e discriminação	598
3.6.5.1	Sociedade solidária	600
3.6.6	Direito à igualdade e à diferença.....	601
3.6.7	Direito à vida.....	602
3.6.8	Direito à saúde.....	603
3.6.9	Direito à assistência social	605
3.6.10	Direito à habilitação, reabilitação e à promoção da inclusão social	606
3.6.11	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	607
3.6.12	Direito à previdência social.....	609
3.6.13	Direito à moradia	610
3.6.14	Direito à educação.....	612
3.6.14.1	Plano internacional.....	612
3.6.14.2	Plano nacional.....	612
3.6.15	Direito ao trabalho.....	616
3.6.15.1	Inclusão no trabalho, sistema de cotas e reservas em concurso público.....	617
3.6.16	Direito à mobilidade urbana e acessibilidade	623
3.6.17	Direito ao transporte.....	628
3.6.18	Direito à participação na vida pública e política	629
3.6.19	Do acesso à justiça	629
3.6.20	Tipificação de crimes e infrações administrativas.....	631
3.6.21	Isenções.....	632
CAPÍTULO 4 - DIREITO DO IDOSO.....		635
<i>Lauro Ribeiro</i>		
4.1	Introdução.....	637

4.2	Conceito de pessoa idosa	639
4.2.1	O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional.....	639
4.2.2	Âmbito nacional: Constituição Federal.....	641
4.2.3	Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003.....	643
4.2.3.1	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI	643
4.2.3.2	Lei principiológica	644
4.2.4	Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994	644
4.2.5	Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso	645
4.3	Direitos básicos da pessoa idosa.....	647
4.3.1	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	647
4.3.2	Direito à alimentação.....	648
4.3.3	Direito à vida/saúde	651
4.3.4	Direito à educação.....	656
4.3.5	Direito à moradia	659
4.3.6	Direito ao trabalho	660
4.3.7	Direito à assistência e previdenciária social.....	663
4.3.7.1	Da assistência social.....	663
4.3.7.2	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	663
4.3.7.3	Da previdência social.....	666
4.3.8	Direito a cultura, esporte, lazer e turismo.....	667
4.3.9	Direito ao transporte gratuito	667
4.3.10	Direito à proteção.....	669
4.3.10.1	Incidência das medidas de proteção	670
4.3.10.2	Especial obrigação da família	671
4.3.10.3	Medidas protetivas em espécie.....	672
4.3.10.4	Política de atendimento ao idoso	673
4.3.11	Direito à convivência familiar e comunitária.....	674
4.3.11.1	Entidades de atendimento à pessoa idosa.....	675
4.3.11.2	Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs.....	677
4.3.11.3	Fiscalização nas entidades de atendimento.....	677
4.3.11.4	Das infrações e sanções administrativas previstas no EI	678
4.3.11.5	Da apuração administrativa de infração contra pessoa idosa	679
4.3.11.6	Da apuração judicial de irregularidade em entidade de atendimento.....	680

4.3.12	Tutela judicial de direito individual disponível	682
4.3.13	Tutela judicial de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos e coletivos (<i>lato sensu</i> : difusos e coletivos em sentido estrito)	683
4.3.13.1	Pontos relevantes.....	684
4.3.13.2	Legitimados ativos	687
4.3.13.3	O papel do Ministério Público.....	689
4.4	Crimes definidos no EI.....	690
CAPÍTULO 5 - DIREITO EDUCACIONAL.....		695
<i>Lauro Ribeiro</i>		
5.1	Noções introdutórias	697
5.1.1	Educação na sociedade moderna.....	697
5.2	Conceito e natureza jurídica.....	699
5.3	Educação, ensino e escola	701
5.4	O sistema normativo no plano internacional.....	703
5.5	O sistema normativo no plano nacional.....	704
5.5.1	Constituição Federal de 1988.....	705
5.5.2	Síntese da educação na CF/88.....	706
5.5.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/1996	707
5.5.4	Plano Nacional de Educação - PNE.....	711
5.6	Estrutura educacional.....	712
5.6.1	Educação básica	713
5.6.2	Ensino superior.....	715
5.6.3	Sistemas de ensino.....	717
5.6.4	A repartição de competências e financiamento da educação ...	718
5.6.5	Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/88)	720
5.7	<i>Bullying</i>	722
5.8	Desescolarização (" <i>unschooling</i> ") e educação domiciliar (" <i>homeschooling</i> ") ...	724
CAPÍTULO 6 - LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL.....		727
<i>Landolfo Andrade</i>		
6.1	Introdução.....	729
6.2	Noção de corrupção empresarial.....	731
6.3	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no tempo.....	733
6.4	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no espaço	735

6.5	Os bens jurídicos tutelados pela LAE.....	738
6.6	Sujeitos do ato lesivo à Administração Pública	739
6.6.1	Sujeito passivo	739
6.6.2	Sujeito ativo	741
	6.6.2.1 Pessoa jurídica de direito privado	741
	6.6.2.2 Pessoas naturais: o art. 3º da LAE	744
6.7	Responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	747
6.7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica.....	748
6.7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica	749
	6.7.2.1 Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE.....	750
	6.7.2.2 Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não	750
	6.7.2.3 Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada	751
6.7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica frente aos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos.....	753
6.7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica frente aos atos de agente de empresa terceirizada	755
6.7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora	756
6.7.6	Alterações contratuais e operações societárias.....	759
6.7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas	760
6.8	Atos lesivos à Administração Pública nacional ou estrangeira.....	762
6.8.1	Noções introdutórias.....	762
6.8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo	763
6.8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º.....	764
	6.8.3.1 Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa).....	764
	6.8.3.2 Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos.....	767
	6.8.3.3 Utilização de interposta pessoa	767
	6.8.3.4 Atos lesivos referentes a licitações e contratos ...	769
	6.8.3.5 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação	776
6.8.4	Atos lesivos tentados.....	777
6.8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade.....	778
6.8.6	Necessidade de prova de dano ao erário	779

6.9	Responsabilização administrativa.....	780
6.9.1	Noções introdutórias.....	780
6.9.2	Multa	783
6.9.2.1	Natureza jurídica.....	783
6.9.2.2	Base de cálculo da multa	783
6.9.2.3	Aplicação da pena de multa	785
6.9.2.4	Garantia de pagamento da multa	788
6.9.2.5	Cobrança da multa.....	788
6.9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados.....	789
6.9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	789
6.9.4	Aplicação das sanções.....	790
6.9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	791
6.9.4.2	Programas de <i>Compliance</i>	793
6.9.4.3	Prévia manifestação jurídica.....	795
6.9.5	Reparação integral do dano causado	796
6.9.6	Processo administrativo de responsabilização.....	797
6.9.6.1	Instauração	798
6.9.6.2	Competência	801
6.9.6.3	Instrução	803
6.9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo	804
6.9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo ...	804
6.9.6.6	Prazo de conclusão.....	805
6.9.6.7	Julgamento.....	805
6.9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano...	806
6.9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica.....	807
6.9.6.10	A comunicação ao Ministério Público	812
6.9.7	Acordo de leniência	816
6.9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE.....	817
6.9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração do acordo de leniência.....	818
6.9.7.3	Condições e requisitos	820
6.9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE.....	822
6.9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência.....	823
6.9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência	824
6.9.7.7	Ressarcimento do dano	825
6.9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 8.666/1993	825

6.10	Responsabilização judicial	827
6.10.1	Noções introdutórias.....	827
6.10.2	Competência	828
6.10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior.....	830
6.10.3	Legitimação	831
6.10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva.....	831
6.10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público...	834
6.10.3.3	Legitimação passiva.....	836
6.10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens	838
6.10.4.1	Pressupostos.....	840
6.10.4.2	Alcance.....	840
6.10.5	Pedido	841
6.10.6	Procedimento.....	842
6.10.7	Sentença.....	843
6.10.7.1	Correlação entre pedido e sentença.....	843
6.10.8	Sanções civis	844
6.10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I)	845
6.10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II)	846
6.10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III).....	846
6.10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV)...	847
6.10.9	Aplicação das sanções	848
6.10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção.....	848
6.10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções	848
6.10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções.....	849
6.10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor.....	849
6.10.10	Sanções da LAE frente a outras sanções previstas em outras normas	850
6.10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).....	851
6.10.11.1	Requisitos para a aplicação simultânea da LIA e da LAE.....	853

6.10.11.2	Possibilidade de cumulação das sanções previstas na LIA e na LAE	854
6.10.11.3	Alcance subjetivo das sanções.....	856
6.10.11.4	Rito processual em caso de cumulação das ações...	857
6.10.12	Coisa julgada	858
6.10.13	Prescrição	859
6.10.13.1	Interrupção da prescrição	860
6.10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP	860
6.10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas ...	860
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		861